

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – PROJETO BÁSICO

MANUTENÇÃO DE PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS para Pessoas com Deficiências (PcD)

1 - OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestar a manutenção preventiva e corretiva para 25 (vinte e cinco) plataformas elevatórias nas dependências do Instituto Federal do Paraná, nos Campi elencados no Item 5 deste Anexo. Todas as cabines são do tipo meia cabine enclausurada, por acionamento hidráulico, com curso de até 4 metros, com apenas uma parada, e carga máxima de 325 Kg. As entradas e saídas das plataformas são do tipo unilateral, possuem velocidade de 6 metros por minuto e motor elétrico de 220 Volts- 60Hz. As portas possuem travamento automático durante a movimentação e sua abertura se dá somente com a plataforma nivelada ao piso. A estrutura é de chapas moduladas e perfis de aço, os painéis laterais são de aço carbono e piso antiderrapante. Equipamento fabricado conforme norma ISO 9386-1, com as seguintes dimensões: base da plataforma com 0,9 m (Largura) x 1,4 m (Comprimento) e caixa de corrida de 1,41 m (Largura) x 1,58 m (Comprimento). Todos os procedimentos devem ser executados levando em consideração as Normas Técnicas vigentes (NBR's): NBR ISO-9386-1:2013; NBR-12892:2009; NBR NM 313:2007; NBR-5410:2004.

2 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

2.1 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA - MENSAL

2.1.1. A manutenção preventiva deverá ser prestada mensalmente, no período comercial, compreendido entre às das 08:00 h e 18:00h, de segunda a sexta-feira, com agendamento prévio ao Fiscal / Gestor do contrato junto ao Campus do IFPR;

2.1.2 Cada localidade que contém Campus do IFPR contará com um servidor, que atuará como um Fiscal / Gestor do contrato;

2.1.3 A manutenção preventiva deverá ser prestada com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários à execução do serviço, **inclusive o fornecimento de peças**, sem ônus para a contratante, dentro do valor estipulado em contrato (Excluindo o motor de acionamento) atendendo às normas técnicas e executando os serviços nos equipamentos da caixa, do poço e dos pavimentos, bem como em:

- 2.1.1 Relês;
- 2.1.2 Chaves;
- 2.1.3 Contactoras;
- 2.1.4 Conjuntos Eletrônicos;
- 2.1.5 Unidade Hidráulica;
- 2.1.6 Interruptores;
- 2.1.7 Indutores;
- 2.1.8 Máquina de Tração;
- 2.1.9 Freios de Emergência e Segurança;
- 2.1.10 Cilindro Hidráulico;
- 2.1.11 Limites;
- 2.1.12 Guias;
- 2.1.12 Cabos de Aço;
- 2.1.13 Cabos Elétricos;
- 2.1.14 Dispositivos de Segurança;
- 2.1.15 Polias;
- 2.1.16 Portas;
- 2.1.17 Sensores de Fim de Curso e Movimento;

- 2.1.18 Trincos;
- 2.1.19 Fixadores;
- 2.1.20 Tensores;
- 2.1.21 Corrediças;
- 2.1.22 Botoeiras;
- 2.1.23 Sinalizadores;
- 2.1.24 Lâmpadas.

E demais equipamentos, procedendo à verificação, lubrificação e, se necessário, testes e regulagem, a fim de proporcionar funcionamento eficiente, seguro e econômico.

2.2 – MANUTENÇÃO CORRETIVA - MENSAL

2.2.1. Atender prontamente as solicitações da Contratante para restabelecer o funcionamento da plataforma elevatória paralisada ou com funcionamento anormal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nos casos normais e 2 (duas) horas, em se tratando de situação emergencial, como por exemplo, passageiro preso e interrupção do transporte de passageiros;

2.2.2. Conforme norma técnica NBR. 15.655-1:2009, anexo D2:

“...Se qualquer defeito que afete a segurança é relatado e o reparo imediato for necessário, convém que a plataforma de elevação seja colocada fora de serviço e o usuário informado. Em particular, são consideradas modificações importantes as seguintes:

- a) mudança da velocidade nominal;
- b) mudança da carga de trabalho segura;
- c) mudança da plataforma;
- d) mudança do percurso;
- e) mudança da posição ou tipo de unidade de acionamento;
- f) mudança de circuitos de segurança, comando e intertravamento;
- g) mudança de quaisquer bordas ou superfícies sensíveis...”

2.2.3. A manutenção corretiva deverá ser prestada pela empresa, logo após a solicitação feita pelo Fiscal / Gestor do contrato junto ao IFPR, não tendo limites o número de chamadas. As solicitações serão realizadas por telefone ou e-mail.

2.2.4. A manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição e/ou reparação, segundo critérios técnicos, de componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação da plataforma em condições normais de funcionamento, utilizando peças novas e genuínas.

2.2.5. Quando da substituição de peças, deverá ser apresentada ao Fiscal / Gestor do Contrato a peça defeituosa, "*in loco*", comprovando seu mau funcionamento ou bloqueio de operação do equipamento. Todos os serviços de manutenção deverão ser acompanhados pelo Fiscal / Gestor do contrato de modo que as peças substituídas e com defeito deverão ser por ele recolhidas, e armazenadas sob guarda do IFPR para fins de fiscalização e auditoria. A contratada contará com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para substituição da peça, correção do problema e pleno funcionamento do equipamento (Plataforma).

3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Fornecer peças e acessórios originais (novos na caixa), conforme as recomendações do fabricante e as normas técnicas específicas;

3.2. Atender, independente de dia ou hora, aos chamados telefônicos, fornecendo telefone para contato (24h);

3.3. Fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão-de-obra especializada;

3.4. Oferecer garantia de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

- 3.5. Prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos, sanando os problemas constatados, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 3.6. Instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada;
- 3.7. Manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho;
- 3.8. Apresentar, nos termos da Lei n. 8.666/93, declaração de visita;
- 3.9. Apresentar certidão de registro de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
- 3.10. Apresentar um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, que comprovem que a empresa possui aptidão para desempenhar atividade pertinente e compatível com este objeto;
- 3.11. Emitir e recolher as taxas referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART - do Profissional responsável pelos serviços de manutenção durante a vigência do contrato;
- 3.12. Emitir e encaminhar ao Fiscal / Gestor do Contrato as vias Órgãos Públicos e Local da Obra, da ART de Manutenção das Plataformas durante a vigência do contrato, para fins de comprovação e fiscalização Federal;
- 3.13. Não substituir ou alterar peças do equipamento sem a autorização expressa do Fiscal / Gestor do Contrato junto ao IFPR;

- 3.14. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 3.15. Apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório descritivo da manutenção preventiva realizada;
- 3.16. Realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita neste projeto, informando previamente ao Campus do IFPR, através dos telefones e e-mails disponibilizados;
- 3.17. Realizar a manutenção corretiva em conformidade com o item 2 deste projeto;
- 3.18. Anotar no livro de registro disponibilizado pelo Fiscal / Gestor do contrato junto ao IFPR, as manutenções preventivas e corretivas realizadas, bem como os respectivos horários de realização.

4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4. PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da presente contratação será a partir da data de assinatura do contrato até o 12º mês, totalizando 1 (um) ano, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

5 – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser

exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

5.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

5.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

5.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

5.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

5.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

5.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

5.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

5.13 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação

detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

5.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.17 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

5.17.1 A correta observação da identificação do funcionário da contratada por meio de crachá, uniforme e a devida ordem de serviço expedida pela contratante;

5.17.2 Observar a correta utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivos (EPC), a correta sinalização e impedimento da área e do equipamento que estiver sob manutenção;

5.17.3 Acompanhar o serviço de manutenção do equipamento desde o seu início até o fim. Ao final dos serviços, verificar a efetiva troca de peças quando necessário, testar o funcionamento do equipamento e das peças substituídas e atestar o serviço executado.

5.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.19 A contratada deverá encaminhar, por meio eletrônico ao fiscal do contrato toda documentação comprobatória de quitação das obrigações, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, sociais (FGTS) e GFIP dos seus empregados, digitalizada no formato (PDF-A4) com no máximo 1 (um) MB.

6 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

6.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

6.1.1.1 ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.1.2 falhar ou fraudar na execução do contrato;

6.1.1.3 comportar-se de modo inidôneo; e

6.1.1.4 cometer fraude fiscal.

6.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

6.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

6.2.2 Multa de:

6.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

6.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

6.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

6.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

6.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão

6.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

6.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

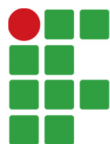
6.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

6.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

6.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato



3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		

5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

6.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 6.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 6.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

6.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7 – CONDIÇÕES E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 DAS CIDADES QUE COMPÕEM OS LOTES:

7.1.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços de manutenção nos Campi das cidades que compõem os Lotes, sendo permitida a contratação da mesma empresa em diferentes Lotes;

7.1.2 Cada unidade (Campus) do IFPR compõe 1 (um) Lote;

7.1.3 Cada Lote deverá ter um contrato individual em separado, mesmo que a contratada tenha obtido a manutenção em mais de um Lote;

7.1.4 Fica vedada a subcontratação de empresas pela empresa contratada para determinado Lote;

7.1.5 Os serviços serão executados nas dependências do IFPR, conforme endereços elencados no item 5 deste Anexo.

7.2 DAS LOCALIDADES E QUANTIDADES DOS EQUIPAMENTOS:

7.2.1 As localidades dos Campi do IFPR possuem a seguinte quantidade de Plataformas:

PLATAFORMA ELEVATÓRIA DE 01 PARADA			
LOTE	Localidade	Fabricante	Quantidade
1	Paranaguá	Portac	2
2	Pinhais	Portac	1
3	Campo Largo	Portac	1
4	Irati	Thyssen	1

5	União da Vitória	Thyssen	1
6	Telêmaco Borba	Portac	2
7	Ivaiporã	Thyssen / Adler	2
8	Pitanga	Thyssen	1
9	Jaguariaíva	Thyssen	1
10	Jacarezinho	Portac	2
11	Paranavaí	EMC /Adler	2
12	Umuarama	EMC /Adler	2
13	Goioerê	EMC	1
14	Astorga	Portac	1
15	Cascavel	EMC /Adler	2
16	Capanema	Thyssen	1
17	Assis Chateaubriand	Thyssen	1
18	Foz do Iguaçu	EMC	1

7.2 ENDEREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

7.2.1 Os logradouros dos Campi do IFPR são listados na tabela abaixo:

Lote	Unidade	Endereço
1	Paranaguá	Rua Antônio Carlos Rodrigues nº 453 – Porto Seguro – CEP 83215-750
3	Campo Largo	Rua Engº Tourinho, 829 – Vila Solene
2	Pinhais	Rua Humberto de Alencar C. Branco, 1615 - Jardim Amélia. CEP: 83330-000
4	Irati	Rua Pedro Koppe, 100 – Vila Matilde
5	União da Vitória	Av. Paula Freitas S/N
6	Telêmaco Borba	Campus Telêmaco Borba - Rodovia PR 160, Km 19,5, Área 7 - CEP 84269-090
7	Ivaiporã	PR466 - Gleba Pindaúva - Secção C - Parte 2 CEP 86870-000
8	Pitanga	Rua José de Alencar
9	Jaguariaíva	Rodovia Pr 151 Km 23
10	Jacarezinho	Avenida Dr. Titto s/n – Jardim Panorama – CEP 86400-000
17	Assis Chateaubriand	Avenida Cívica s/n Quadra N1 – Jardim América - CEP 85935-000
14	Astorga	Rodovia PR 454
13	Goioerê	Rodovia PR 180
12	Umuarama	Rodovia PR 323, s/n - Parque Industrial - CEP 87507-014
11	Paranavaí	Rua José Felipe Tequinha nº 1400 – Jardim das Nações – CEP 87.703-536
16	Capanema	Rua Cariri S/N
15	Cascavel	Avenida das Pombas s/n lote 2 E1 – Florais do Paraná – CEP 85814-800
18	Foz do Iguaçu	Avenida Araucária, nº 780. Vila A- CEP 85.860-000

8 – JUSTIFICATIVAS

Justifica-se a presente contratação tendo em vista a necessidade de manutenção preventiva e corretiva a fim de garantir o adequado funcionamento e a conservação das plataformas. Para que o IFPR possa continuar a prestar a sua atividade fim de levar educação técnica, tecnológica e científica à toda sociedade, sem que haja obstáculos físicos para tal finalidade.

9 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Serão impugnados pelo Fiscal / Gestor do contrato junto ao IFPR todos os trabalhos que não satisfizerem as exigências contratuais e normativas, ficando a contratada obrigada a desmanchá-los e refazê-los, correndo por exclusiva conta desta as despesas correspondentes, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis, conforme cláusulas contratuais.

Marcos Antônio de
Sordi Eng. Eletricista
Mat. SIAPE 1827245

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS*

*Valores em Reais (R\$)

Lote	Cidade	Qtde.	Descrição do serviço	Unid.	Qtde. Unit.	Preço Médio Mensal (PMM)	Preço Médio Total Mensal (Qtde x PMM)	Preço Médio Total Anual (12xPMTM)
1	Paranaguá	2	Execução de manutenção preventiva, corretiva e preditiva(com fornecimento de peças)	UN	1	R\$ 1.426,67	R\$ 2.853,33	R\$ 34.240,00
2	Pinhais	1		UN	1	R\$ 1.326,67	R\$ 1.326,67	R\$ 15.920,00
3	Campo Largo	1		UN	1	R\$ 1.103,33	R\$ 1.103,33	R\$ 13.240,00
4	Irati	1		UN	1	R\$ 1.235,00	R\$ 1.235,00	R\$ 14.820,00
5	União da Vitória	1		UN	1	R\$ 1.235,00	R\$ 1.235,00	R\$ 14.820,00
6	Telêmaco Borba	2		UN	1	R\$ 1.060,00	R\$ 2.120,00	R\$ 25.440,00
7	Ivaiporã	2		UN	1	R\$ 1.110,00	R\$ 2.220,00	R\$ 26.640,00
8	Pitanga	1		UN	1	R\$ 1.087,50	R\$ 1.087,50	R\$ 13.050,00
9	Jaguariaíva	1		UN	1	R\$ 1.076,67	R\$ 1.076,67	R\$ 12.920,00
10	Jacarezinho	2		UN	1	R\$ 1.026,67	R\$ 2.053,33	R\$ 24.640,00
11	Paranavaí	2		UN	1	R\$ 975,00	R\$ 1.950,00	R\$ 23.400,00
12	Umuarama	2		UN	1	R\$ 865,00	R\$ 1.730,00	R\$ 20.760,00
13	Goierê	1		UN	1	R\$ 852,50	R\$ 852,50	R\$ 10.230,00
14	Astorga	1		UN	1	R\$ 1.012,50	R\$ 1.012,50	R\$ 12.150,00
15	Cascavel	2		UN	1	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00	R\$ 19.200,00
16	Capanema	1		UN	1	R\$ 1.064,00	R\$ 1.064,00	R\$ 12.768,00
17	Assis Chat.	1		UN	1	R\$ 1.040,00	R\$ 1.040,00	R\$ 12.480,00
18	Foz do Iguaçu	1		UN	1	R\$ 755,00	R\$ 755,00	R\$ 9.060,00

Marcos Antônio de Sordi
Eng. Eletricista
Mat. SIAPE 1827245

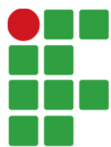


ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Sequência	Descrição do INDICADOR
1	IDENTIFICAÇÃO E EPI
2	PEÇAS E EQUIPAMENTOS
3	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4	OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS

INDICADOR Nº 01 - IDENTIFICAÇÃO E EPI		
Finalidade	Garantir a devida e identificação dos funcionários da Contratada para acesso aos Campi e ao local de trabalho, e também a utilização de equipamentos de Proteção e Segurança no desenvolvimento de suas atividades (EPI).	
Meta a cumprir	100% dos funcionários identificados e utilizando EPI's.	
Instrumento de Medição	Conferência local.	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do contrato e pelos demais usuários da comunidade acadêmica e/ou administrativa; e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Quando da ocorrência da manutenção preventiva ou chamado emergencial.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato e prazo estabelecido por meio de emissão de Ordem de Serviços.	
Ocorrências / Pontuação	Deixar o funcionário sem a devida identificação no início e durante a prestação de serviços.	1,0 ponto por dia de visita
	Deixar de fornecer EPI's aos seus funcionários no período de prestação do serviço; ou deixar de substituir EPI's excessivamente danificados.	1,0 ponto por dia de visita
	Não utilização de EPI; uso de EPI incompleto ou inadequado; EPI excessivamente danificado.	0,5 ponto por funcionário e por dia de visita
	Não utilização de crachá de identificação.	0,5 ponto por funcionário e por dia de visita



Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal do contrato e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de Descontos.
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos é mensal. Sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 02 - PEÇAS E EQUIPAMENTOS		
Finalidade	Garantir a qualidade das peças e equipamentos previstos no Termo de Referência necessários à execução dos serviços contratados.	
Meta a cumprir	100% dos materiais e equipamentos necessários à prestação efetiva dos serviços contratados.	
Instrumento de Medição	Conferência local e comparação as peças e equipamentos que forem por ventura substituídos.	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Quando da ocorrência da manutenção preventiva ou chamado emergencial.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Deixar de fornecer as peças e/ou equipamentos necessários à execução dos serviços contratados conforme quantidades e especificações solicitadas pelo fiscal do contrato no início da prestação de serviços nos prazos e condições prevista no Edital.	2,0 pontos por dia de visita
	Substituição de peças ou equipamentos de qualidade inferior à substituída ou em más condições de funcionamento ou desconformidade com o atendimento da execução dos serviços nos prazos e condições previstas no Edital.	0,5 ponto por ocorrência e por dia de visita
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal do contrato e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	

	O acúmulo de pontos é mensal. Sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 03 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
Finalidade	Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados.	
Meta a cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.	
Instrumento de Medição	Conferência local e visual do funcionamento da Plataforma Elevatória.	
Forma de Acompanhamento	Visual e de funcionamento da Plataforma, pelo Fiscal do contrato e pelos demais usuários da comunidade acadêmica e/ou administrativa; e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Quando da ocorrência da manutenção preventiva ou chamado emergencial.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Executar serviço de modo incompleto injustificadamente, ou executá-lo de maneira protelatória.	1,0 ponto por ocorrência
	Fornecer informação pérfida de serviço ou de substituição de peças ou equipamento.	1,0 ponto por ocorrência
	Permitir situação de risco que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais à comunidade acadêmica e/ou administrativa.	5,0 pontos por ocorrência
	Retirar do IFPR quaisquer peças ou equipamentos substituídos ou não, previstas em contrato, sem autorização prévia do fiscal de contrato responsável.	1,0 ponto por ocorrência
	Reutilizar peças, materiais e equipamentos, que possam causar danos à comunidade acadêmica, pessoas ou patrimônio sem anuência da FISCALIZAÇÃO.	1,0 ponto por ocorrência
	Deixar de providenciar, no âmbito das atribuições do contrato, a manutenção necessária para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade do sistema de Plataformas Elevatórias (Elétrico; Estrutural e/ou Hidráulico).	5,0 pontos por ocorrência
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal do contrato e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	



	O acúmulo de pontos é mensal. Sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 04 - OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS		
Finalidade	Garantir o atendimento às condições administrativas e legais do contrato.	
Meta a cumprir	100% de atendimento às condições administrativas e legais do contrato.	
Instrumento de Medição	Conferência da Documentação apresentada pela Contratada.	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo fiscal do contrato.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
	Deixar de apresentar dentro do prazo estipulado pelo Edital a Nota Fiscal.	0,5 ponto por dia
	Demora injustificada no atendimento às determinações da contratante referentes à regularização de situação trabalhista de empregados por período superior a 10 (dez) dias.	0,5 ponto por dia
	Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela contratante ou não presta-los em período superior a 05 (cinco) dias a contar a partir da ciência da solicitação.	0,5 ponto por dia
	Deixar de cumprir qualquer condição da contratada prevista em Edital e seus anexos, que não esteja prevista nesta tabela.	0,5 ponto por ocorrência e por dia
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal do contrato e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal. Sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	



DESCONTOS	
Pontos	Desconto/Glosa
2,5 a 5,0	0,5% de glosa no valor mensal do contrato
5,5 a 8,0	1% de glosa no valor mensal do contrato
8,5 a 11,0	2% de glosa no valor mensal do contrato
11,5 a 14,0	3% de glosa no valor mensal do contrato
14,5 a 16,0	4% de glosa no valor mensal do contrato
16,5 a 20	5% de glosa no valor mensal do contrato
20,5 a 24,5	7% de glosa no valor mensal do contrato
25 a 30	10% de glosa no valor mensal do contrato
1.	O acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados configura a inexecução parcial do contrato. Neste caso, será descontado 1% do valor total anual contratado ao dia até que o saneamento das irregularidades, até o limite de 10%, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de referência – item 16.
2.	Condutas reincidentes devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções previstas no Termo de referência – item 16.

Marcos Antônio de Sordi
Eng. Eletricista
Mat. SIAPE 1827245